

# Joaquim Levy, mestre da arte de dizer ‘não’

No período em que esteve à frente do Tesouro setor público obteve os melhores resultados

**Edia Lula, Mariana Mainenti e Sonia Filgueiras**

redacao@brasilconomico.com.br

**Brásia**

Engenheiro naval com Doutorado em Economia pela Universidade de Chicago, conhecida pela ortodoxia, Joaquim Levy, era até esta semana diretor-superintendente da Bradesco Asset Management, transitou pela equipe econômica dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Na era FHC, foi Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministro da Fazenda, Pedro Malan e economista-chefe do Ministro do Planejamento, Martus Tavares.

Com Malan, ajudou a consolidar o Plano Real e a impor uma política econômica austera e monetarista. Com Antonio Palocci, na era Lula, foi o timoneiro naquilo que o ministro chamava de “manobra do transatlântico”, movimento que giraria do liberalismo tucano

ao desenvolvimentismo social idealizado pelo PT, giro este considerado demasiadamente lento pela ala mais progressista do partido e por movimentos sociais. Por isso, Levy ficou conhecido como “o representante tucano” do governo Lula, mantendo, na época, o rigor fiscal, pelo qual também adquiriu o apelido de “mãos de tesoura”.

A função do secretário do Tesouro é dizer não aos pedidos de verbas dos ministérios, dos políticos, dos setores econômicos, principalmente, quando há uma circunstância de ajuste fiscal. Joaquim Levy, ao ser convidado por Palocci, explicou a ele que seus “nãos” teriam consequências. Palocci, então, respondeu: “Deixa isso cair aqui”, batendo no próprio ombro.

Graças a este acordo, a passagem de Levy pelo Tesouro foi marcada como o período em que o setor público apresentou os melhores resultados da gestão petista. Durante sua gestão à frente do Te-

souro Nacional, o governo produziu os maiores superávits primários da série histórica iniciada em 1997: o governo central (que soma os resultados do Tesouro, do Banco Central e da Previdência) registrou uma economia equivalente a 2,3% do PIB em 2003, 2,5% em 2004 e novamente 2,5% em 2005.

Levy deixou o cargo em 28 de março de 2006, no início da gestão do ministro que agora sai, Guido Mantega. Foi quando assumiu a vice-presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), onde permaneceu por pouco tempo. Indicado pelo então presidente Lula, foi convidado pelo governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral para assumir a secretaria de Fazenda do estado, de onde saiu em 2010.

A expectativa de nomeação de Levy e de distanciamento em relação a políticas intervencionistas vinha repercutindo positivamente nos mercados financeiros domésticos

desde a semana passada, quando seu nome foi vinculado à nova equipe de Dilma. “Ao escolher Levy, ela está tentando recuperar credibilidade, o que é crucial neste jogo”, disse à agência Reuters o economista do Goldman Sachs Alberto Ramos, que conheceu Levy na Universidade de Chicago e depois no Fundo Monetário Internacional.

“Foi uma excelente nomeação. O Levy é uma pessoa experiente, de ótima formação acadêmica, que conhece bem a parte fiscal e hoje o nosso maior problema é nessa área. É a pessoa certa no lugar certo”, considerou o chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio e ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas. “Por isso, os mercados já deram respostas favoráveis, com os juros e o dólar em queda. E ele conseguirá o apoio político para fazer as reformas necessárias, pois transita em todos os lugares. No governo, no FMI. Não tem partido. É um profissional”, definiu.